

PIONEIRISMO NA EDUCAÇÃO: A FILOSOFIA NO MUNICÍPIO DE BARUERI-SP

Flávio Rovani de Andrade¹

RESUMO: O trabalho se constitui de estudo acerca da Filosofia como disciplina oficial no Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Barueri, entre os anos de 1997 e 2005. Inicia buscando construir o objeto mediante breve contextualização do mesmo, em sentido amplo, passando pela história do ensino de Filosofia no Brasil e pela história do Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças (CBFC) no país, ressaltando suas contribuições para sua constituição. Em seguida, expõe a metodologia utilizada para a confecção do histórico do objeto, para então se opor ao histórico propriamente dito.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Filosofia, Filosofia para Crianças, Barueri.

ABSTRACT: This is a study concerning Philosophy as an official subject in primary school in Barueri City Hall School Net from 1997 to 2005. It starts by trying to reconstruct the object through a brief contextualization of Philosophy teaching in Brazil and also through the history of Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças (CBFC) in the country, highlighting its contribution to its constitution. After that, it presents the methodology applied in order to build the history of the object, which opposes to the very history thereafter.

KEY-WORDS: Philosophy teaching, Philosophy for Childrens, Barueri.

Este artigo é uma adaptação da primeira parte de minha dissertação de mestrado “Não sei por que tanto por quê?": A Filosofia como disciplina no Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Barueri (1997-2005), defendida aos 20 de março de 2008, na Universidade de São Paulo (USP). Na pesquisa, orientada pelo Prof. Dr. Antônio Joaquim Severino, procurou-se destacar dois aspectos da experiência da Filosofia em Barueri, no período já citado, sendo primeiramente o pioneirismo da proposta - envolvendo as atividades ou ainda as circunstâncias em que os eventos ocorrem - e, em segundo lugar, a resistência pedagógica e política dos professores. Deste modo, a pesquisa teve como principal alvo a tensionalidade existente entre os diversos níveis da hierarquia municipal, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, e de suas relativas escolas.

¹ Graduado em Filosofia pelo Centro Universitário Assunção (UNIFAI), São Paulo-SP; Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da USP, na área de concentração Filosofia e Educação; professor de Filosofia do UNIFAI.

Para tanto, fez-se uso de uma rica documentação, incluindo planos de ensino, material didático, atas de reuniões, panfletos, materiais de formação de professores e, fundamentalmente, entrevistas. Com base nessa gama de documentos, foi possível reconstituir, em certa medida, a vivência do ensino da disciplina no decurso desses nove anos letivos.

Cabe ressaltar que o propósito do artigo é descrever a experiência do ensino de Filosofia no Município, não estando presentes análises de cunho teórico, visto que se trata da parte da pesquisa que reconstitui o seu histórico. Outra ressalva importante: embora seja aqui narrado o ensino de Filosofia ministrado a crianças, a experiência em seu todo não corresponde à Filosofia para Crianças de Matthew Lipman (1990), mas é um fato autônomo, ainda que, em alguns momentos, como será observado adiante, a proposta lipmaniana exerça influência. Por conta de tal influência ser apenas um dentre os eventos descritos, não cabe aqui maiores ponderações.

A seguir, tratar-se-á brevemente do contexto do surgimento do objeto em tela e da metodologia da pesquisa, para posteriormente opor-se ao histórico da experiência pioneira².

Barueri e sua rede de ensino

Barueri está localizada na Zona Oeste da região metropolitana da Capital de São Paulo, a 26,5 quilômetros de distância do marco zero do Estado. Para melhor entender o contexto sócio-cultural dessa experiência, apresentar-se-á, ainda que de maneira sucinta, o histórico e alguns dados dessa cidade. Para tanto, utilizar-se-á de dados provenientes da página institucional da Prefeitura de Barueri na *internet*. No que concerne, grosso modo, à história de Barueri, seu surgimento remete ao período das missões jesuíticas no Brasil colonial, lideradas pelo Pe. José de Anchieta. Barueri é fundada, em 1596, como Aldeamento de Barueri, pelo próprio líder dos Jesuítas, ao ser construída nas proximidades da afluência do Rio Barueri Mirim com o Rio Tietê, à margem direita deste, a Capela de Nossa Senhora da Escada, santa atualmente considerada Padroeira do Município. Em 1809, a aldeia, já numerosa, é elevada à categoria de Freguesia – nome dado a agrupamentos que se concentram em torno de uma paróquia. Em 1875, é inaugurado o trecho inicial da Estrada de Ferro Sorocabana

² Na última seção, *Filosofia em Barueri: uma experiência pioneira*, ver-se-á que aqui a noção de pioneirismo não implica somente em sua acepção temporal – o que também está presente – mas igualmente o sentido de ser uma experiência conjuntamente primaz.

e, concomitantemente, com a inauguração da estação ferroviária, Barueri, que nessa época pertencia ao Município e Comarca de Santana do Parnaíba, torna-se passagem obrigatória entre São Paulo e as cidades de Santana do Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus. Em 24 de dezembro de 1948, Barueri é elevada à condição de Município e em 26 de março do ano seguinte, é instalado o Governo Municipal e a primeira Câmara de Vereadores³.

Segundo dados fornecidos pela divisão de cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, em 01 de julho de 2005, a população estimada de Barueri era de 256.824 habitantes em uma área de 64 quilômetros quadrados. Segundo dados do mesmo Instituto, as matrículas no Ensino Fundamental em 2004 somavam 41.575, todas em escolas municipais, demonstrando que todo o ensino público municipal já se encontrava nos referidos ano e grau, completamente municipalizado. Segundo a página oficial da Prefeitura, os alunos matriculados no Ensino Fundamental no ano de 2004 somaram 42.543 e, em 2005, 44.579. Quanto ao ano de 2005, o IBGE não dispõe de dados.

Pequenas discrepâncias à parte, o que esses números revelam é a necessidade de, para o Ensino Fundamental, uma Rede de Ensino grande e bem estruturada. São, ao todo, 46 escolas de Ensino Fundamental, incluindo o primeiro e o segundo ciclos.

É nesse contexto que se situa o objeto da pesquisa. A experiência estudada é a Filosofia como disciplina no Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental em Barueri, entre os anos de 1997 e 2005. Vale frisar que não houve, nesse período, o ensino desse componente curricular no Segundo Ciclo.

Este artigo versará sobre o histórico do ensino de Filosofia no Município de Barueri, levando-se em conta que o ensino de tal disciplina sofre injunções políticas, político-educacionais, teóricas, didáticas, etc., tanto internas quanto externas, envolvendo uma mobilização de forças – quando não um choque – tanto no que concerne à prática pedagógica dos professores de Filosofia, quanto ao direcionamento político que da administração pública provém.

³ Fonte: Site Oficial da Prefeitura Municipal de Barueri - <http://portal.barueri.sp.gov.br/secao.asp?IdSecao=189> - <acesso em 28/02/2005>. Todas as informações advindas dessa página foram extraídas na mesma data de acesso. Sobre esse assunto, ver também: CAVALCANTE, Tércua. Barueri e sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana. São Paulo: FFLCH-USP, 1978 (Dissertação de mestrado).

⁴ Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/> - acesso em 28/02/2005.

“Problemas de percurso” e solução metodológica

A princípio, o trabalho que dá origem a este artigo seria uma tentativa de se investigar os impactos do ensino de Filosofia para as crianças do Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental de Barueri, passando brevemente pelo histórico, dando-se maior destaque ao cotidiano escolar. No entanto, no dia 22 de fevereiro de 2005, este pesquisador se dirigiu com um documento assinado pelo então Coordenador do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo à sede da Secretaria da Educação de Barueri, que ocupava o prédio do Centro de Aperfeiçoamento de Professores “Professor Munir José” (CAP), sito à Rua da Prata, nº. 727, onde foi deixada uma via do documento com a Diretora Pedagógica naquele momento, Andréia Cristina Ribeiro; ela era diretamente ligada ao Secretário de Educação, Celso Furlan. O referido documento solicitava permissão para a entrada nas escolas da Rede Municipal para que se pudesse realizar trabalhos junto aos alunos. Surpreendentemente, o pedido foi indeferido pelo Secretário e, por telefone, isso foi comunicado pela Diretora Pedagógica, no dia seguinte à solicitação. Isso causou estranheza, uma vez que se trata de uma instituição pública, devendo ser aberta a pesquisas de qualquer gênero.

Então restava apenas levantar, via documentação pública, já que o acesso às escolas tornou-se impossível, elementos que auxiliassem a compor o histórico e materiais para a pesquisa, que já ficaria deficiente em se tratando de dados objetivos. Na busca da legislação que trata da Filosofia no Município, outro fato inusitado: o primeiro documento que aparece nas pesquisas de leis do Município que compõem a base de dados da página institucional na internet é de 2000 (todas as leis desde 1976 estão contempladas na base de dados), sendo que a Filosofia lá existia desde 1997. A referida é a Lei nº. 1167, de 31 de Maio de 2000, que “acrescenta e altera disposições da Lei nº 1.091, de 17 de dezembro de 1998”. Especificamente sobre a Filosofia, a Lei de 2000, no artigo 3º, altera o artigo 10º da lei de 1998, no tocante aos quadros do magistério, o seguinte:

Professor de Educação Básica II: nas 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental, em todos os componentes curriculares, e nas 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental, nos componentes curriculares Educação Artística, Educação Física, Educação Musical, Filosofia e Inglês.

Isso significa que, de 1997 a 2000, a Filosofia, bem como as outras disciplinas citadas na Lei de 2000, não existia oficialmente para o Mu-

nicípio, mesmo havendo professores já concursados para lecioná-la. Então, além do indeferimento via telefone, há outro ponto a indagar: qual a finalidade de disciplinas não existirem oficialmente por três anos consecutivos dentro de uma rede pública, mesmo com professores concursados? Será que isso tem a ver com mudanças na gestão pública? Se tiver, qual o elemento gestorial presente nas teias entre o ensino de uma disciplina e a administração pública?

Como as fontes empíricas do trabalho, pelos motivos acima, tornaram-se rarefeitas, foi necessário se utilizar de fontes orais que viessem a fornecer novos elementos a ser analisados. Como referenciais metodológicos para o trabalho com fontes orais, pode-se citar: Paul Thompson (1992), Zeila Demartini (1998), Aspásia Camargo (1994), Heloísa Szymanski (2002), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1991), Doris Accioly e Silva (2005), Dulce Whitaker (2005), Thelma Velôso (2005), Ecléa Bosi (1979), dentre outros estudiosos de história oral e estudos de memória.

Embora seja consenso de que não há uma receita a ser seguida no trabalho com as fontes orais, estudiosos apontam alguns caminhos para garantir que ao final as análises sejam fidedignas. Thompson (1992) aponta três formas de se trabalhar com a fonte oral: utilizar uma única narrativa, usar uma coletânea de narrativas ou fazer uma análise cruzada.

A primeira é a narrativa da história de uma única vida. No caso de um informante dotado de memória excepcional, pode parecer que nenhuma outra escolha fará plena justiça ao material. A segunda forma é uma coletânea de narrativas. Uma vez que pode ser que nenhuma delas seja, isoladamente, tão rica ou completa como narrativa única, esse é um modo melhor de apresentar um material de história de vida mais típico. A terceira forma é a da análise cruzada: a evidência oral é tratada como fonte de informações a partir da qual se organiza um texto expositivo (p. 303-304).

Tendo em vista o universo no qual a pesquisa está inserida e a maior facilidade de preservar as fontes, utilizou-se o método de análise cruzada.

Mas quem são os informantes? Professores da Rede Municipal de Barueri. Mas não foram poucos os entraves para que se chegasse até eles. Justamente no momento em que houve, por parte do Secretário de Educação, o indeferimento do pedido de se ter acesso às escolas, havia uma questão bem mais delicada: a ameaça de retirar da Rede a disciplina de Filosofia. A insegurança, indubitavelmente, afastou muitos atores da

participação na construção da pesquisa. Dos poucos que se dispuseram, apenas um - que já não compunha mais o corpo docente da Rede - falou mais livremente, enquanto o medo e a desconfiança, muito sutilmente, estiveram presentes o tempo todo.

Com esse prognóstico, o número de entrevistas fica bastante reduzido, apenas quatro. Mesmo assim, diante de um grupo de professores não muito numeroso, a amostragem é significativa, contando principalmente com a repetição dos principais acontecimentos. Deve-se admitir que não foram poucas as hesitações em utilizar um número tão restrito de entrevistas. Deve-se admitir, mais ainda, o alívio que formam as palavras de Queiroz (1991: 66): "É inútil, porém, pretender executar algo que ultrapasse as possibilidades materiais e práticas da empresa".

Ao pensar o tipo de entrevista que seria mais adequada para realizar a análise cruzada, bem como o modo de proceder, mais uma vez Queiroz (1991) é luz, pois distingue a maneira de realizar entrevistas. Com base nessas distinções, a entrevista "semi-orientada" é a mais pertinente para o cruzamento de informações. Ao mesmo tempo em que garante maior liberdade ao depoente, permite ao pesquisador manter o foco da entrevista, a fim de que os dados não se percam num mundo de relatos sem pertinência para a atmosfera que se quer construir.

Assim sendo, as entrevistas contaram com um roteiro. Os pontos do roteiro foram seguidos, mas de maneira descontínua, sendo introduzidas novas intervenções quando se fizeram necessárias e, quando já respondidas algumas perguntas, ainda por serem feitas, a questão foi deixada de lado.

As transcrições das entrevistas foram momentos bastante significativos. Aqui, o trabalho foi imenso, pois, para cada hora de entrevista, investiu-se cerca de doze horas de transcrição. As fitas foram transpostas na íntegra, seguindo fielmente o que pelos entrevistados fora dito. Foi seguida a orientação de Queiroz (1991, p. 87) quanto a "que o próprio pesquisador que entrevistou o informante seja também o transcritor da fita".

Uma vez transcritas, as entrevistas foram cruzadas entre si e com outros documentos, para que fosse escrito o histórico da experiência da Filosofia em Barueri. Quando cruzadas entre si, o procedimento foi, em meio à descontinuidade dos relatos, recortar os pontos comuns dos depoimentos e aproximá-los, tendo em vista o assunto e a cronologia. Os documentos serviam de complemento para os relatos, muitas vezes favorecendo correções e dando maior inteligibilidade.

A próxima seção dedica-se à exposição do histórico da Filosofia como disciplina do Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Barueri.

Histórico da Filosofia na Rede Municipal de Barueri entre 1997 e 2005

Ao se falar da Filosofia em Barueri é pertinente notar que, embora seja um fenômeno bem situado, há dois movimentos bastante amplos que, paralelamente, imprimiram algumas de suas características em nosso objeto quando de seu surgimento, sobretudo no tocante às razões para a implementação da Filosofia no currículo escolar barueriense: o ensino de Filosofia na educação brasileira e as atividades do Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças (CBFC).

O primeiro movimento remete, em resumo, às etapas pelas quais a disciplina passou no país, sempre envoltas por questões políticas. Num primeiro momento, a Filosofia é ensinada predominantemente nos seminários religiosos. Após a Proclamação da República, perde, paulatinamente, espaço nas grades curriculares, visto que as escolas passam a formar a nova burocracia da República. No período militar, a disciplina foi retirada do currículo, sendo substituída por disciplinas ditas correlatas (Educação Moral e Cívica-EMC, Organização Social e Política do Brasil-OSP, Estudos dos Problemas Brasileiros-EPB) que, na verdade, respondiam aos ideais militares de civismo e moralidade. Após a queda dos militares, a disciplina, graças às décadas de lutas pela sua reintrodução na Educação Básica, volta a ser ensinada nas escolas. Daqui, para que melhor seja vista a conexão entre a Filosofia amplamente tomada e o objeto específico que se está a tratar, é pertinente enfatizar um aspecto bem definido: a Filosofia, no período militar, é atrelada à idéia de ordem, civismo e moralidade – ainda são bastante vivas, nos meios educacionais, tais distorções. Vale a pena adiantar alguns elementos que aparecerão mais detalhadamente no decorrer das páginas que seguem: à época da implementação da Filosofia como disciplina oficial na Rede Municipal de Barueri, o Secretário de Educação, Celso Furlan, pensava a Filosofia na mesma perspectiva dos militares, espelhando o quão vivaz tal perspectiva persiste. O próprio Secretário se refere ao amor à pátria e à bandeira, além do caráter disciplinador, alinhando a Filosofia àquelas disciplinas.

O segundo movimento corre em paralelo, nas últimas duas décadas, à questão da Filosofia na educação, influenciando a implantação da Filosofia em Barueri, sobretudo por ser esta no Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental. É ele: a chegada ao Brasil do programa estadunidense *Filosofia para Crianças: Educação para o Pensar*, idealizado pelo filósofo Matthew Lipman. O referido programa chegou ao país em 1984, um ano antes da fundação do Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças (CBFC). O programa *Filosofia para Crianças: Educação para o Pensar* consiste em materiais do filósofo estadunidense em que se pretende, por meio de uma série de procedimentos e com base em pressupostos filosóficos,

desenvolver um melhor pensamento nas crianças, o que o autor chama de “pensamento de ordem superior” (LIPMAN, 1995b). Grosso modo, está fundamentado em quatro habilidades: “Habilidades de raciocínio”, “Habilidades de formação de conceitos”, “Habilidades de investigação”; “Habilidades de tradução” (LIPMAN, 1990a; 1995b).

Os trabalhos do CBFC engendraram inúmeras iniciativas por todo o país, obtendo um crescimento bastante acentuado. Isso faz com que por diversas vezes o programa apareça na grande mídia e, principalmente, tenha boa penetração nos organismos educacionais. Paralelamente às lutas pelo retorno da Filosofia ao Ensino Médio, a tentativa iniciada pelo CBFC, sem que caiba aqui nenhuma análise teórica sobre os fundamentos da *Educação para o Pensar*, colaborou significativamente para o audível apelo pela Filosofia nas escolas.

Novamente antecipando elementos que serão explicitados posteriormente, vale mencionar que Celso Furlan se inspira, juntamente à sua “visão militar” da Filosofia, também numa escola particular de Barueri, Escola Chaluppe, que além de adotar o programa lipmaniano, é parceira da Secretaria de Educação na implantação da Filosofia na Rede Municipal.

Mas o contexto propício para que esse apelo, ainda que de maneira distorcida, como ver-se-á mais adiante, fosse ouvido em Barueri, trazendo consigo a implantação da Filosofia como disciplina oficial na Rede, adveio de mudanças político-educacionais. Mais precisamente, das reformas pelas quais a educação passou no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

No inciso V do artigo 11º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, está descrita uma das incumbências dos municípios diante da educação: “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino”. Sendo assim, no ano seguinte, Barueri inicia o processo de municipalização de suas escolas.

É nesse solo que se origina o objeto da pesquisa: da nova conjuntura legal e estrutural que envolve a educação nacional, advém a condição material, seja pela transferência das escolas, naquele momento, do primeiro ciclo do Ensino Fundamental à responsabilidade da prefeitura, seja pelo repasse de verbas da União e do Estado; da abrangência das atividades de Filosofia para Crianças provém o interesse pela inserção da Filosofia na Rede; do contexto da Filosofia no ensino básico, emana tanto o barulho dos movimentos em prol da disciplina, quanto a visão distorcida –

engendrada pelos militares - de que a Filosofia é uma matéria disciplinadora, tal qual as matérias de conteúdos ditos equivalentes. Tudo somado à visão de que o Secretário de Educação de Barueri tem de Filosofia, em correspondência à visão política de uma elite municipal arraigada, como ver-se-á adiante, a Filosofia surge como disciplina oficial em Barueri.

Como dito anteriormente, o histórico do ensino de Filosofia no Município de Barueri se confunde com o histórico do processo de municipalização do Ensino Fundamental na cidade. Esse processo se inicia em 1997, com algumas escolas "pólos" para a implementação da Rede Municipal. Barueri, visto na apresentação, conta com uma área empresarial e, mesmo antes da municipalização, já mantinha o Instituto Tecnológico de Barueri (ITB), que passa a ser de responsabilidade da Fundação Instituto Educacional de Barueri (FIEB). Enquanto isso, a municipalização se inicia nas escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental .

É então que o Secretário de Educação daquele momento, Celso Furlan - juntamente com o então prefeito Gilberto Macedo Gil Arantes, que assume a Prefeitura em 1997 e permanece por dois mandatos, até 2004, após receber o apoio de Rubens Furlan, irmão de Celso Furlan e prefeito da cidade no mandato anterior (de 1993 a 1996) e que reassume a Prefeitura em 2005 - implementa, como disciplinas obrigatórias de 1º a 4º séries, ministradas por professores PEB II (com formação específica), Educação Artística, Educação Física, Educação Musical, Inglês e Filosofia.

O Secretário de Educação, Celso Furlan, inspirara-se numa escola particular do Município, cuja mantenedora é uma família muito próxima ao Secretário. A família, de nome Chaluppe, é tradicional na cidade e a escola carrega o mesmo nome. O Secretário demonstrara a intenção de que as escolas da Rede viessem a ter o mesmo padrão de ensino dessa escola particular, em virtude da qualidade da escola pública ser socialmente reconhecida como ruim.

Quando da implementação da Filosofia, não havia nenhuma diretriz que guiasse esse processo. A seleção de professores foi feita por intermédio de um concurso público que ocorre concomitantemente ao concurso para a FIEB e, no ato da inscrição, optava-se entre prestar o concurso para ser funcionário da fundação ou ser funcionário da prefeitura. Porém, no edital não havia nenhuma especificação que instrísse o candidato que optasse por ser funcionário da Prefeitura sobre quais séries seriam destinados os cargos de professor de Filosofia.

Como esse concurso fora uma seleção de professores para várias áreas e com poucas vagas, devido ao processo de municipalização do ensino estar em fase inicial, entrara apenas um professor para lecionar Filosofia, cuja graduação é Pedagogia. Ao se confrontar com o fato de ter de

lecionar Filosofia às séries iniciais, esse professor busca informações sobre como proceder, orientações de trabalho junto a órgãos da Prefeitura, não obtendo êxito. O pretexto da prefeitura para a ausência de informações foi o de ser o primeiro ano do processo de municipalização e não se ter, até aquele momento, nenhuma informação a respeito de como o ensino da disciplina de Filosofia seria conduzido.

Nessa ocasião, foi publicada na revista *Nova Escola* uma reportagem sobre o Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças (CBFC), em São Paulo, na qual fora descrito o programa de *Filosofia para Crianças: Educação para o Pensar*, de Matthew Lipman. O referido professor, que não trabalha mais na Rede desde 2002, dirigira-se ao CBFC. Ao voltar à escola, o professor informa à direção que, imediatamente, entra em contato com o Secretário, passando a ele as informações fornecidas pelo professor. Então, o Secretário se dirige à escola para obter detalhes das informações com o próprio professor. Lá eles foram apresentados e conversaram sobre o Programa de Lipman. Nesse diálogo o Secretário demonstrara já ter ciência de algo semelhante. De fato, ele teve um contato indireto com o programa via escola Chaluppe.

Ainda sobre a implementação, em virtude do número de professores de Filosofia ser restrito, apenas um, e sem uma linha diretriz, foram improvisados professores para a disciplina. Além do professor com formação em Pedagogia que assumira aulas de Filosofia, foram retirados de suas áreas professores de Inglês e Educação Artística, para que se preenchessem as lacunas da disciplina nas poucas escolas municipalizadas.

Quanto à intenção de se trabalhar Filosofia na Rede, há fatores externos - no sentido de não estarem ligados ao conteúdo filosófico - e fatores internos - ligados à disciplina especificamente.

Quanto aos fatores externos, podendo estendê-los até as outras disciplinas de PEB II, a intenção fora transformar a Rede em um modelo inspirado em uma escola particular. Mas adotar esse modelo significa igualmente obter status, pois tanto a Filosofia quanto as outras disciplinas causariam impacto político - por não ser comum, até a época, que escolas tivessem professores PEB II trabalhando essas disciplinas - trazendo consigo a questão eleitoral. Pode parecer um tanto leviano tratar a questão nesses termos, sobretudo por haver nas disputas políticas discursos caracteristicamente panfletários que acusam as tentativas de melhorias por parte dos governos de serem atos eleitoreiros. Esse questionamento é, sem dúvida, legítimo, mas há, dentre os fatores internos da implantação da disciplina de Filosofia na Rede, indícios dessa possibilidade.

À época, Celso Furlan comentara seu descontentamento com o fato de o jovem ter perdido a ligação com a nação, com a pátria. Fica clara

a sua intenção, ao colocar Filosofia, de resgatar conteúdos que eram obrigatórios na época de Ditadura Militar no Brasil. Sua intenção era, por meio do ensino de Filosofia, despertar o patriotismo e o sentimento de municipalidade, incentivar o amor à pátria e ao município. É notório entre o povo de Barueri e também entre aqueles das cidades vizinhas e que residem nas proximidades dos limites entre Barueri e seus respectivos municípios o enaltecimento da cidade e dos serviços que ela oferece à população. As propostas educacionais do município estão imbuídas de tal enaltecimento.

Além dos valores cívicos, a Filosofia teria também outra utilidade: acalmar as crianças. A Filosofia deveria, para o Secretário, ensinar regras, impor limites, inculcar valores; teria ela um papel disciplinador.

Essas determinações ditam o ritmo dos trabalhos com Filosofia no decorrer do ano de 1997. Os professores passam por esse período em adaptação para trabalharem da maneira que o Secretário quer, tendo por base o imprevisto, até que viesse algum direcionamento pedagógico.

Em 1998, mais escolas são municipalizadas e com isso há a necessidade de contratação de mais professores. Tal contratação se dá por concurso público. O número de professores passa de aproximadamente sete para cerca de dezesseis, números esses difíceis de se precisar em decorrência da ausência de documentação.

No mesmo ano, que também tem, em seu início, o imprevisto por fundamento, todos os professores de Filosofia ganham gratuitamente o curso do CBFC, financiado pela Prefeitura. A partir de então, a diretriz posta para a disciplina de Filosofia é a matriz lipmaniana. Os materiais do CBFC obtidos nesse curso não são entregues diretamente aos professores, mas às escolas que tinham a disciplina de Filosofia em sua grade. Havia entre os professores a preocupação de se repassar o material aos alunos, mas a quantidade limitada e o alto custo o impede. Isso ocorre por conta do pacote do curso incluir apenas um exemplar dos materiais destinados aos professores participantes, que, no caso, foram repassados à escola. Não houve, por parte da Prefeitura, aquisição de materiais para os alunos, nem mesmo para que eles se revezassem no uso em aula.

A essa altura está à frente dos trabalhos com o grupo de Filosofia, e assim o foi enquanto Celso Furlan foi Secretário de Educação, a Sra. Silvia Chaluppe, juntamente com o próprio Secretário. Com o crescimento contínuo da Rede, que continua em expansão por conta do processo de municipalização, novos professores são contratados: alguns com formação em Filosofia e outros não; alguns com o curso do CBFC, outros não. Já não era rentável para a prefeitura pagar o curso para os professores novos, gerando, além do descompasso quantitativo e qualitativo em relação ao

material, também o descompasso em relação à formação própria para o trabalho de Filosofia com as crianças. Alguns professores fizeram o curso de CBFC por conta própria. É então que se começa a percorrer, entre os professores, um caminho em certa medida autônomo no tocante ao que a Prefeitura propõe naquele instante, embora as diretrizes se mantivessem.

Esse prognóstico se mantém até o ano de 2000, com a mudança de Secretário. Mesmo não estando em pleno acordo com as determinações do Secretário, o grupo de professores de Filosofia se mantém na Rede. Mantêm-se também as orientações lipmanianas. Segundo documentos, nos dias 11 e 12 de abril de 2000, a Sra. Maria Alice Chaluppe Mello Zendron, filha da Sra. Silvia Chaluppe e também ligada ao colégio que carrega o nome da família, realiza um evento chamado *Seminário de Filosofia para Crianças da Rede Municipal de Barueri*, que foi um curso para todos os professores de Filosofia da Rede a respeito dos fundamentos de *Filosofia para Crianças* de Lipman, introduzindo, além do aspecto cognitivo, o aspecto emocional da criança. Esse evento demonstra que há um interesse em manter, por parte da Secretaria de Educação, a disciplina, mas sem uma preocupação efetiva com a formação, dado que entre os anos de 1998 e 2000 também aumentara o número de professores em virtude do crescimento da Rede; foi um evento superficial, caracterizado por seu aspecto utilitarista.

Um paradoxo é fundamental: ao mesmo tempo em que há uma orientação definida, o grupo é grande e heterogêneo, impossibilitando saber ao certo até que ponto as determinações são seguidas, pois a falta de materiais mantém o espírito do improviso no trabalho com Filosofia. Além disso, as determinações são unilaterais, mas como a implantação da disciplina carrega um cunho de propaganda por ser estereotipada como aquela que ensina a pensar, além de não ocorrerem problemas de ordem maior que deixasse a comunidade de algum modo insatisfeita, era mantida.

Em 2001, segundo fontes orais, o então prefeito Gil Arantes assume seu segundo mandato após reeleição e visto que a política familiar já não é suficiente na área da educação, pois o município já vê as escolas dos dois ciclos do Ensino Fundamental integralmente sob sua tutela, troca de secretário e divide a Secretaria de Educação em SEI. (Secretaria de Ensino Infantil), instituindo Rita Maria Stefanuto Nemer Ribeiro como sua responsável e SEF. (Secretaria de Ensino Fundamental), que tem instituída como Secretária Cilene Bittencourt, filha do ex-prefeito Arnaldo Bittencourt - quem lança pela primeira vez Rubens Furlan como candidato a prefeito, em 1982, elegendo-o. Em um informativo de 13 de novembro

de 2001, os três (Cilene, Rita e Celso) constam como secretários de educação, sem distinção de secretaria. Em outro informativo, de 18 de abril de 2002, consta a nova estrutura sem Celso Furlan em nenhuma de suas instâncias e, em um terceiro informativo, datado de 29 de janeiro de 2002, Celso Furlan consta como responsável pela Secretaria de Comunicações⁵. A partir daí, começa uma nova orientação pedagógica para a Rede em geral, que vai também influir sobre a Filosofia. Entrecruzando essas informações, chega-se facilmente à conclusão de que há um conflito interno entre Cilene Bittencourt e Celso Furlan, mesmo ambos fazendo parte de grupos políticos consolidados.

Passa-se, então, a existir outra forma de relacionamento entre professores e gestores municipais. A nova Secretária institui Núcleos Pedagógicos, isto é, núcleos por disciplinas em que cada uma delas tem um coordenador de núcleo em nível municipal. Com a Filosofia não é diferente, ela tem reconhecida a sua importância, recebendo o mesmo tratamento dos outros componentes curriculares. Esses coordenadores, que já eram professores da Rede, assumem a coordenação das disciplinas as quais lecionavam.

Aquele direcionamento geral dado a todas as disciplinas, pautado no improviso, ganha agora um caráter mais administrativo ou tecnoburocrático. Cilene Bittencourt teria tido larga experiência em gestão educacional, pois trabalhara na Rede Estadual de Ensino de São Paulo, tendo uma visão mais abrangente dos mecanismos para o gerenciamento de uma grande estrutura de ensino, realidade que com o processo de municipalização completo, jaz em Barueri.

A linha de trabalho a partir daí adotada é mais horizontal, pois permite, em virtude dos Núcleos Pedagógicos, uma participação um tanto mais efetiva dos professores. Cilene deu espaço para que cada disciplina pensasse suas dificuldades. As reuniões são esporádicas entre os coordenadores e professores, por volta de duas ou três por ano, entre 2002 e 2003, passando a ser semanais em 2004, último ano de Cilene Bittencourt à frente da Secretaria.

Pode-se notar, nesse período, se comparado à produção quase inexpressiva de materiais por parte de professores de redes públicas de ensino, uma produção de materiais muito grande por parte do Núcleo, dada a nova estrutura. No caso específico de Filosofia, têm-se alguns materiais que mostram o percurso da disciplina na rede a partir de então, revelando uma dinâmica proveniente da preocupação em estabelecer uma linha de trabalho no município.

⁵ Informativos disponíveis no já mencionado Site Oficial da Prefeitura Municipal de Barueri.

No final de 2001, os professores se reúnem e, dentro dessa perspectiva de busca de um direcionamento para a rede, o que também era de interesse da SEF, formulam o primeiro documento que não parte da Secretaria, mas do grupo: o *Plano Comum para a Disciplina de Filosofia no Currículo da Rede Municipal de Barueri*, datado de 03 de dezembro de 2001. Esse documento tem o objetivo de “desenvolver rumos norteadores para a disciplina de filosofia para o ano de 2002”.

O *Plano Comum*, como ficou conhecido, foi seguido como parâmetro até 2003. Observa-se que o grupo de professores era heterogêneo e o próprio Plano era aberto à diversidade. Suas bases eram as orientações de Lipman, embora já houvesse uma autonomia em relação aos seus materiais e, em alguns casos, até o completo afastamento.

O direcionamento dado pela Secretaria é para que cada disciplina pudesse focar um único objetivo e, mais tarde, pudesse formular suas próprias propostas de trabalho. Aos coordenadores de núcleo coube trazer aos professores as orientações que a Secretaria determinara e também levar à Secretaria as sugestões dos professores. Em 2003, a Secretaria decide iniciar a produção de um material apostilado. Os professores, então, têm reuniões para traçar diretrizes para o material, que resulta na elaboração dos *Descritores de Habilidades e Conteúdos* – que, no caso específico de Filosofia, era resultado de revisões feitas no Plano Comum entre 2001 e 2003 – material sobre o qual o apostilado, intitulado *Coletânea de Estudos para o Ensino Fundamental: caderno de apoio pedagógico*, é confeccionado. Percebe-se então uma proposta conteudista que nasce, rompendo, definitivamente, como proposta unificada, com Lipman. Esse direcionamento suscita opiniões diversas entre os professores de Filosofia, pois enquanto alguns professores sentiram ser um passo importante para a educação no município, outros viram como se a liberdade se estivesse perdendo. O fato é que o referido documento saiu das mãos dos professores após decisão consensual. O chamado *Descritores de Habilidades e Conteúdos* prevê conteúdos mínimos a serem trabalhados em cada série e unidade letiva, além do que se tem por objetivo ao trabalhar cada um desses conteúdos⁶.

⁶ É pertinente ressaltar que, embora o *Plano Comum* e o *Descritores...* tenham, cada um com suas especificidades, surgido do consenso do grupo de professores, eles não possuem um forte teor teórico. Ao contrário, se observados atentamente, percebe-se que são fruto de esforços de cunho burocrático-pedagógico, constituídos de espontaneísmo e fraca teorização. Isso, porém, não retira, de forma alguma, o mérito da iniciativa.

Ainda em 2003, ocorre um concurso público para contratação de professores de todas as áreas do currículo. São abertas dez vagas para Filosofia, que teve, no total, quarenta classificados. No entanto, mesmo com o edital prevendo essas vagas, apenas três professores são chamados no ano seguinte e, com a saída de professores dentro da vigência do concurso (dois anos), os remanescentes não são chamados.

Em 2004 fica pronta a construção do novo prédio do Centro de Aperfeiçoamento do Professor *Prof^o Munir José (CAP)*⁷, em que cada disciplina possuía uma sala de formação, além de materiais que ficavam à disposição dos professores, sob responsabilidade dos coordenadores de núcleo, que dispunham de tempo e meios para preparar as atividades que seriam desenvolvidas com os professores. Além das salas de formação, o CAP dispunha de uma quadra coberta, salas de informática, além de um auditório grande e equipado.

Quanto à sala de formação de Filosofia, o coordenador se preocupava em juntar alguns materiais pertinentes ao trabalho de todos, uma bibliografia básica que ficava numa estante para que os professores pudessem ter acesso e tomá-la por empréstimo. Dentre esses materiais havia livros didáticos de Filosofia para o Ensino Médio, manuais de introdução à Filosofia, materiais do CBFC, livros teóricos sobre Filosofia para Crianças, contos infantis, entre outros. Os professores e o coordenador, devido à nova dinâmica de reuniões, passam a trocar materiais em maior número e o ritmo das discussões também cresce na mesma proporção, além de haver um local de referência, proporcionando um encontro mais afinado entre as necessidades dos professores e a bibliografia e outros materiais oferecidos.

Essa nova dinâmica de reuniões, comum a toda a Rede, era semanal. Um dia na semana era para que houvesse aula com os professores PEB II, enquanto nos outros havia com os professores PEB I. É um sistema em que cada grupo de professores, de cada disciplina ou série, fica um dia da semana em reunião no CAP, sendo elas no horário das aulas. Assim, por exemplo, no dia em que o grupo de professores PEB II estava em reunião, todos os PEB I estavam em aula e no dia que os professores PEB I de 1^o série estavam em reunião, os professores PEB II estavam nas escolas mi-

⁷ Segundo uma das fontes orais, em diálogo não transcrito, o Centro de Aperfeiçoamento do Professor "Prof. Munir José" é uma obra que seria destinada primeiramente a ser um centro de cultura voltado para os professores. No entanto, quando da sua inauguração, tornou-se um centro formativo e, por fim, como será explicitado no decorrer do texto, torna-se, a partir de 2005, Sede Administrativa da Secretaria de Educação.

nistrando aulas para as 1^o séries. O mesmo ocorria com as outras séries. Isso é positivo por conseguir mobilizar os professores da Rede que trabalham nas mesmas séries para formação em conjunto, mas, por outro lado, traz alguns problemas, como o desencontro entre professores PEB I e PEB II, pois os primeiros só conseguiam se reunir porque os segundos os estavam cobrindo, além de indisciplina por parte dos alunos, que confundem o dia das aulas dos PEB II com dia de lazer, principalmente por haver em três das cinco disciplinas com professores de formação específica atividades diretamente relacionadas, na visão popular, com lazer. Não se deve deduzir daqui que a culpa da indisciplina é por consequência da postura ou do caráter educativo dessas disciplinas, mas apenas que colocá-las num único dia acentua estereótipos que, por vezes, subvertem, na mentalidade das crianças, o caráter formativo. Além do mais, é possível que a separação de PEB I e PEB II tenha sido intencional. Como os PEB II, por hábito, questionam as determinações arbitrárias, as reuniões sendo no CAP não lhes possibilitam a participação nas decisões do grupo de professores nas escolas.

As atividades dos professores de Filosofia no decorrer do ano em questão estão voltadas para mostrar à rede em geral que a disciplina, que a princípio era um componente ilustrativo, tem sua razão de ser na grade curricular. A postura do coordenador é de uma liderança mediadora, que procura, dentro de suas próprias limitações, representar os professores junto à Secretaria e levar as propostas deles até a cúpula.

Por conta da nova dinâmica e da nova estrutura, há também uma nova organização. Nas reuniões semanais de Filosofia são feitas oficinas, avaliações, troca de experiências, entre outras atividades. Segundo documentos coletados, no primeiro semestre de 2004, ocorrem dezenove encontros entre os professores de Filosofia, com a finalidade de avaliar os trabalhos e realizar oficinas, que eram momentos de trabalho em conjunto, de reflexão conjunta acerca de diversos temas pertinentes às séries iniciais, sobre o ensino de Filosofia, materiais paralelos, filmes infantis, entre outros. Exemplos disso são a utilização do tangram para ensinar os conteúdos de lógica e oficinas para aquisição de padrão de escrita correspondente à fase de alfabetização dos alunos.

O segundo semestre do ano de 2004 é também bastante profícuo para a Filosofia. Aqui os professores se empenham, além do que é de costume, em um evento acadêmico para a área, por iniciativa deles próprios. Esse evento foi o *Fórum de Filosofia para Crianças*, cujo lema foi "pensar para e com o mundo", realizado no dia 03 de novembro de 2004, no CAP. Alguns aspectos desse evento devem ser descritos aqui, tais como a proporção que ele toma, as atividades nele realizadas e a sua organização.

As proporções que o evento toma são bastante significativas. Primeiramente, a divulgação – por meios formais e não formais – foi am-

pla, chegando a várias regiões do Estado de São Paulo. Houve alunos de universidades dos municípios vizinhos e professores, principalmente de Filosofia, de vários lugares, que prestigiaram o evento, demonstrando a maturidade dos professores de Filosofia da rede. Foi uma iniciativa pioneira, que marcou o histórico da disciplina.

Quanto às atividades do Fórum, houve várias palestras. Alguns professores da rede que já escreveram trabalhos acadêmicos os expuseram. Houve também uma palestra da professora Mariana Lacombe. Mas o principal acontecimento do evento foi uma mesa redonda com os Profs. Drs. Marcos Antônio Lorieri (PUC-SP), Renê José Trentin Silveira (FE-UNICAMP) e Paula Ramos de Oliveira (FCLAR-UNESP). Todos eles, com suas contribuições para os estudos sobre *Filosofia para Crianças*, fizeram abordagens diferenciadas dessa temática. Foi uma atividade bastante frequentada e comentada.

No que se refere à organização, ela foi inteiramente realizada pelos professores de Filosofia, desde as questões relacionadas a horários, temas e atividades até mesmo questões financeiras. A única ajuda advinda da Prefeitura foi o espaço por ela cedido: o auditório e algumas salas do CAP. Os expositores fizeram gratuitamente as suas colocações, dado o apelo dos organizadores, e, sobretudo, a importância que eles atribuíram a essa iniciativa. Sabe-se que o custo, caso eles cobrassem, seria relativamente alto e impossibilitaria um evento desse porte, já que não houve auxílio financeiro. Mas ainda há os custos com transporte, entre outras despesas. O transporte foi pago pelos próprios professores, assim como a alimentação e materiais eventualmente necessários. Foi confeccionada uma camiseta com os dados do evento, que não faz nenhuma menção à prefeitura, apenas ao grupo, dada a falta de auxílio.

Tanto as reuniões quanto o Fórum são indícios do engajamento do grupo de professores não com o “emprego”, mas com a excelência do ensino como serviço prestado à população, bem como à própria Filosofia. Essas atividades denotam o claro compromisso de mostrar à comunidade e à Rede em geral que a Filosofia, igualmente aos outros componentes do currículo, ocupa lugares e funções importantes da grade curricular.

Ainda falando de 2004, é preciso relatar alguns fatos relativos ao material didático. A *Coletânea de Estudos para o Ensino Fundamental - caderno de apoio pedagógico* é de confecção da Filosofart⁸, com base nos Descritores de Habilidades e Conteúdos. Quanto a isso, deve-se notar as críticas ao material, a participação dos professores na sua feitura, a avalia-

⁸ A Filosofart é uma editora do Paraná que foi contratada por dois anos para produzir os materiais de 2004 e 2005 comuns a toda a Rede e de todas as disciplinas. É uma editora especializada na produção de materiais didáticos apostilados, sob orientação das próprias entidades que lhes encomendam.

ção e relação estabelecida com o material.

Em relação às críticas que a parte dedicada à Filosofia da Coletânea... recebeu dos professores da disciplina, há incoerências de ordem didática e de conteúdo. Primeiramente as últimas.

Os conteúdos que estavam nas apostilas por vezes não são os previstos nos descritores: em determinados momentos são avessos a ele e em outros não se respeitam as séries as quais os professores planejaram. Ainda em relação ao conteúdo, os professores julgam que há temas ali trabalhados de maneira semelhante a textos de Ensino Médio e até de livros utilizados em estudos universitários; além de não seguir os *Descritores*, em determinadas partes, a *Coletânea...* é bricolagem de outros materiais. Do ponto de vista da didática, houve críticas quanto ao excesso de textos na 1ª série, quando os alunos não estão plenamente alfabetizados, bem como ao enfoque, que não parece estar direcionado às crianças. Isso provoca, por pressão dos professores, a troca dos autores do material de 2004 para 2005.

A participação dos professores na produção do referido material didático, embora seja ativa, é, nesse momento, bastante restrita. É o grupo de Filosofia que fez maiores objeções ao material junto à Filosofart, não aceitando facilmente qualquer revisão superficial. Como é evidente, entre, de um lado, os professores formularem os *Descritores*, e a editora, de outro, trabalhar de acordo com eles, há um enorme abismo, visto que as críticas dos professores ao material versam exatamente sobre esse distanciamento, demonstrando uma intervenção indireta dos professores na produção do material. Três elementos são relevantes para esse caráter indireto da participação dos professores: o contrato não possibilita essa participação - há professores que quiseram trabalhar na autoria das apostilas, mas foram impedidos sob alegação das cláusulas do contrato; mesmo os professores estabelecendo as diretrizes para o material, eles não recebem direitos autorais, inviabilizando uma participação mais incisiva no processo. A perceber que havia possíveis ilegalidades no uso de outros materiais, caracterizando plágio ou a mencionada bricolagem, os professores que a princípio quiseram participar como autores abandonaram essa idéia e continuaram a contribuir indiretamente.

Quanto à avaliação do material, também aí houve problemas. O tempo dado ao final de cada unidade letiva para que os professores de cada disciplina se reunissem foi, em geral, de uma reunião. Essa avaliação é uma etapa burocratizada do trabalho dos professores, feita em forma de questionário - em que as questões eram generalizantes - não havendo tempo nem condições para uma avaliação mais criteriosa e desconsiderando as especificidades de cada área do conhecimento. Além

disso, as reuniões com a editora não eram feitas em conjunto com os autores, representados pela equipe pedagógica da Filosofart, que, no caso da Filosofia, não ajuda muito, além da equipe trazer para a discussão argumentos em defesa do material. Com a troca de autores, por indicação dos professores – que conheceram Mariana Lacombe durante o Fórum e a indicaram – há uma relativa melhora no material de 2004 para 2005, mas problemas semelhantes ainda continuaram. Isso causa desconforto na relação entre a Filosofart e o grupo de professores de Filosofia, que não se contentaram com o material da autora por eles indicada.

Além do mais, a liberdade que os professores tiveram durante a gestão de Cilene Bittencourt, mesmo que numa relação mais horizontal que a de Celso Furlan, é vigiada. Durante 2004 ocorrem pressões por parte da Secretaria para que se seguissem as apostilas literalmente, pressões essas que se materializam dentro da escola. É obvio que assim como os professores, também há heterogeneidade entre coordenadores, diretores e outras instâncias da hierarquia, mas, devido às redes municipais de ensino serem compostas de pequenos grupos com plena visibilidade, a possibilidade de se concretizar qualquer plano de padronização é maior. É claro que a adesão às pressões não é completa, em muito houve divergências e até enfrentamentos, mas as orientações da Secretaria de Ensino Fundamental (SEF) foram de que as aulas seguissem as apostilas, com claros mecanismos de controle para garantir o mínimo disso.

Mesmo a gestão da Cilene sendo, pela sua organização, uma mola propulsora para as atividades da Filosofia, essa propulsão se dá pela motivação interna, pois não há investimentos para a área nem incentivos para que os professores busquem formação além do CAP – basta ver o exemplo do Fórum e o fato de que se os professores que entraram no decorrer caso quisessem deveriam custear o curso do CBFC, também deveriam cursá-lo em horários que não os de trabalho, pois, para isso, não seriam liberados; ela também não tinha o hábito de se reunir com os professores. Isso implica em dizer que tal propulsão se dá pelo aproveitamento que o grupo fez da estrutura a qual estavam submetidos, lutando contra adversidades internas em vista de uma linha de trabalho que fosse mais reflexiva, em vez de disciplinadora.

No ano de 2005, Rubens Furlan volta a assumir a prefeitura por força das eleições municipais, recolocando Celso Furlan no posto de Secretário de Educação, que, por sua vez, reunifica as antigas secretarias (SEF e SEI). Essa unificação mostra o caráter mais vertical de sua administração. Cilene Bittencourt assumiu a Secretaria de Administração. Para tratar das ocorrências desse ano, o último que a pesquisa reconstituiu, deve-se dividir, para facilitar a assimilação, o que é geral e o que é especí-

fico da Filosofia, entendendo que o geral também recai sobre a Filosofia.

Quanto ao geral, há mudanças de ordem burocrática, pedagógica e também no tocante à formação dos professores. As mudanças pedagógicas se restringem à organização escolar. As unidades letivas – três durante o ano – são substituídas por bimestres, como anteriormente à gestão de Cilene Bittencort. Também a avaliação do desempenho escolar muda de padrão: em vez das menções PS (plenamente satisfatório), S (satisfatório) e NS (não satisfatório) passa-se a medir o desempenho por nota de zero a dez, sendo considerada como exigência mínima para a aprovação em cada disciplina a nota cinco. As apostilas, por orientação do Secretário, não são mais os únicos referenciais, mas, por força do contrato com a Filosofart e estando nas mãos de todos os alunos, não são extintas de imediato, mas o seu uso por parte dos professores é facultado. Já os *Descritores* são passados aos professores na forma de planejamentos bimestrais das disciplinas por imposição da Secretaria, cabendo aos professores o preenchimento dos campos “situações didáticas”, “recursos” e “avaliação”⁹.

O prédio do CAP se torna Sede da Secretaria de Educação. A princípio o CAP é idealizado, na gestão da Cilene, como um centro cultural para os professores; tornou-se, no entanto, centro formativo; agora é uma sede administrativa com alguns espaços de formação. Assim, o controle do processo formativo fica fisicamente atrelado ao controle do órgão administrativo.

Mas para onde foi transferida a formação que ocorria nessas salas? Para lugar nenhum!

Uma das medidas tomadas para a formação dos professores foi a extinção dos Núcleos Pedagógicos. Os coordenadores de área voltaram

⁹ Somente um esclarecimento. Embora possa parecer que o planejamento seja tão somente resultado dos trabalhos sobre os *Descritores*, não é isso que ocorre. Na mesma ocasião em que este pesquisador esteve no CAP, em 22 de fevereiro de 2005, recebeu das mãos da então diretora pedagógica o referido documento, antes do indeferimento por Celso Furlan. Anteriormente, o documento existia nos computadores do CAP unicamente como *Descritores*. Em nenhum momento das entrevistas se cogitou haver tal documento no formato de planejamento nos anos anteriores. O *Descritores*, na sua última versão, estava estruturado em três unidades letivas. Os professores não mais se reuniram, nem mesmo foram ao CAP até a data acima. Os coordenadores de todas as disciplinas já haviam voltado para as atividades em sala de aula. Entretanto, o documento já estava pronto, em mãos da Secretaria de Educação, estruturado em bimestres, que é organização da nova administração. Tudo isso sugere que, na transição de secretários, houve uma apropriação dos *Descritores* por parte da Secretaria, que o impôs como planejamento aos professores.

para as salas de aula. Isso trouxe consigo a fragmentação de grupos de professores organizados e com trajetórias consolidadas como o grupo de Filosofia, bem como de outros que esboçavam postura crítica semelhante.

As reuniões passam a ser gerais, isto é, com os professores de todas as áreas em conjunto e com horários diversos, de acordo com a disponibilidade que as escolas dão. No entanto, essas reuniões não substituem as feitas por área de imediato. Entre o início do ano letivo e o início do mês de junho não houve nenhuma reunião ou formação. Porém, os horários em que os professores estariam dispensados para as formações são previstos pelas escolas. Paradoxalmente à redução de custos, durante esse período todos os professores da Rede devem cumprir seus horários de formação nas escolas. Os PEB II, que já estavam deslocados na escola – e continuam, pois cumprem seus horários sozinhos – perdem também a possibilidade de mobilização entre eles, já que deixa de existir o espaço coletivo de que dispunham e o tempo, bem como o custo para isso, é subutilizado.

A partir de junho, se inicia um conjunto de cursos ministrados pela FIA (Fundação Instituto de Administração), fundação contratada pela Prefeitura. Essa fundação é formada por membros da FEAUSP (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo) e mesmo não sendo da Universidade, mantém convênios com ela. A duração desse conjunto, que se chama *Programa de Desenvolvimento Institucional e de Recursos Humanos para Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Barueri* é de junho a novembro. Esse conjunto é subdividido em temas em que os grupos de professores, ao concluírem um tema que se encerra concomitantemente a outros grupos com outros temas, revezam-se entre si. Esses temas eram gerais, como, por exemplo, alfabetização e inclusão.

Quanto ao específico de Filosofia, o ano de 2005, para um grupo forte que realizou no fim do ano anterior um Fórum de grande proporção sem auxílio da prefeitura, demonstrando independência, é surpreendente. No dia 5 de abril, Celso Furlan faz uma reunião com o grupo de professores de Filosofia. Nessa reunião ele cogita a possibilidade de retirar a Filosofia da grade em 2006¹⁰. Ele justifica essa possibilidade por ver, no trabalho dos professores de Filosofia, problemas de vários tipos, como

¹⁰ É pertinente ver que essa decisão não é tão simples, uma vez que a Filosofia é garantida por lei no Município. Isso indica que, por um lado, há na prefeitura uma cultura do mando personificado, em vez de institucionalizado. Por outro lado, há um sentimento de onipotência, por parte do poder executivo, sobre o poder legislativo, evidenciando ser este subjugado ao primeiro.

didáticos e até mesmo em relação aos objetivos da disciplina.

Segundo ele, a disciplina estava trazendo infortúnios que o estavam incomodando. Seriam relacionados à ineficácia da Filosofia como disciplinamento, por ela não atender aos objetivos iniciais pretendidos com sua implementação. Ele argumenta que havia professores que não dominam a classe, que não conseguem controlar as crianças. Havia também professores que se utilizavam de didática de Ensino Médio para dar aula para os pequenos. As falas levantadas reforçam o caráter de educação moral que ele queria ao implantar a Filosofia, com ênfase no disciplinamento e no amor à pátria. Ele chegou a esboçar como motivo de seu descontentamento a reflexão e a conscientização de que o componente curricular, mesmo com uma quantidade restrita de aulas, apenas uma por semana, consegue promover com as crianças. Estão abaixo elencadas algumas das palavras dele: “Não sei por que tanto por quê?”; “Criança não precisa ficar sabendo do *por quê?* de tudo... Tanto *por quê?* com a criança e só fica nisso! Eu quero é ver resultado de aula. Eu quero professor de Filosofia que mantenha a ordem, ensine os símbolos nacionais, ensine o respeito à bandeira, ao hino”; “A idéia que eu tinha não está acontecendo. Então eu quero que mudem as coisas”; “Se não chegar do jeito que eu quero eu vou tirar”.

Ele foi interpelado quanto a estar generalizando questões particulares, que é o caso das reclamações de pais e diretores quanto à falta de rigor com o disciplinamento – lembre-se que a indisciplina também se dera pelo fato de todos os PEB II entrarem no mesmo dia para dar aula – e foi sugerido que ele resolvesse esses casos particularmente. Mais uma demonstração de arbitrariedade e autoritarismo: “quando eu encontro problemas na laranjeira eu corto a laranjeira”. Essa fala remete tanto ao caráter generalizador de sua administração quanto ao fato de não ser uma mera implicância funcional com a Filosofia, mas um afrontamento ideológico.

O impasse em retirar ou não a disciplina continua até o fim do ano. Certamente, após a reunião, o Secretário percebeu que o grupo era engajado. Ele também ficou receoso, pois nos anos que ele não dirigiu a Secretaria de Educação a Rede cresceu muito e o grupo de professores de Filosofia dobrou. Alguns fatores externos também influenciaram essa decisão, dentre eles, o aparecimento da Filosofia na grande mídia durante o ano de 2005, pois, no decorrer do ano, além do crescimento da popularidade do programa *Café Filosófico*, da TV Cultura, foi ao ar, em rede nacional, a série “Ser ou não ser”, no programa *Fantástico*, da Rede Globo

de Televisão, que também versara sobre assuntos de Filosofia, mas em linguagem popular, tornando-se assunto comum entre os alunos. Além disso, a Rede Estadual de Ensino de São Paulo expandiu Filosofia em sua grade, inclusive realizando concurso para efetivação de professores da área. Esses fatos, somados aos impactos do que se pretendia com a implementação das disciplinas de PEB II em 1997, fizeram com que o contra-senso da possível retirada se tornasse ainda mais evidente.

Mas a disciplina não continua, em 2006, da mesma forma: é retirada da 1ª série, sem que nenhum motivo em especial se tenha mencionado. Muitos professores, por conta do clima de apreensão e a abertura de campo de trabalho em outras redes, pedem demissão. Mesmo com a diminuição do número de aulas da disciplina na grade devido às baixas de professores foi aberto concurso e, vencido o contrato com a Filosofart, as apostilas foram extintas para todas as disciplinas.

Filosofia em Barueri: uma experiência pioneira

Para se referir a Barueri como uma experiência pioneira faz-se mister tratar da concepção de pioneirismo que aqui se adota, a fim de que não seja pensada apenas no sentido temporal, equívoco bastante comum.

Pensa-se o pioneirismo numa dupla acepção: a primeira, relativa ao tempo, isto é, ser a primeira experiência com características até então sem iguais; ainda mais importante que ser a primeira é considerar os aspectos de como a iniciativa surge e, tomado num espaço de tempo maior, os aspectos que a configura. Se pensarmos em graus de pioneirismo, pode-se atribuí-lo a Barueri. Talvez seja melhor tratar sucintamente da segunda acepção, delineando aquilo que em Barueri é *sui generis*.

O movimento que se precisa expor já está no histórico. Cabe, apenas, apontá-lo. Para isso, dividamo-o em três momentos: o surgimento da proposta, a forma do envolvimento com o CBFC e o momento situado entre o *Plano Comum* e o *Material de Apoio Pedagógico*.

Resumidamente, a experiência da Filosofia em Barueri surge pela iniciativa do Secretário de Educação Celso Furlan. Veja-se que tal iniciativa se dá, num primeiro momento, por um “capricho político”. Também há o fato de ele ter uma compreensão bastante distorcida do que vem a ser a atividade filosófica. É claramente visível que sua concepção de Filosofia volta-se ao modo como a disciplina era concebida na época dos militares no poder. Há de se indagar se é apenas na visão dele que a Filosofia é disciplinadora. É certo que não. Mas o fato de, com ou sem distorção, por

motivações verdadeiramente ou particularmente políticas, implementar essa disciplina na grade curricular para as séries iniciais de toda uma rede de escolas públicas já é um fato novo.

Diante da discrepância entre escolas públicas e particulares que trabalham Filosofia com as crianças, a iniciativa em escolas públicas já merece atenção especial. A atenção também deve estar posta no caso de Barueri, sobretudo porque a Filosofia aqui não entra, *brotou*. O movimento não é de fora para dentro, mas de dentro para fora. Basta ver que durante todo o ano de 1997 a disciplina se deu tendo por fundamento o imprevisto e somente em 1998, por força de pressão dos professores, há o contato com o CBFC. Mesmo assim, não foi firmado nenhum convênio com o CBFC que pudesse caracterizar a *entrada*, num sentido forte, do programa lipmaniano na Rede. Houve somente a realização de cursos e sem repasses de materiais. Outro fator, este de certo inédito, é a realização de concursos públicos para a contratação de professores de Filosofia que viriam a atuar nas séries iniciais, além da garantia – ao menos em tese – da presença da disciplina no currículo por meio de lei oito anos antes da sanção da recente da Lei Federal 11.684/2008, que institui as disciplinas de Filosofia e Sociologia como obrigatórias para o Ensino Médio em todo o país.

Em todas as outras experiências envolvendo Filosofia com Crianças em escolas públicas o caminho é inverso. É a Filosofia que, seja por meio do CBFC, seja por conta de universidades que desenvolvem pesquisas na área, seja, ainda, por outros centros, entra na escola pública. No caso das escolas particulares, os interesses até vêm de dentro, mas são, como as próprias escolas, particulares. Elas são atraídas, na maioria das vezes, pelos resultados, que, se positivos, favorecem seus alunos na sociedade competitiva. Desde a primeira experiência em escola pública, a iniciativa vem em geral *de fora*, por intermédio de convênios. Ana Miriam Wuensch (1998) concorda que esse é mesmo o “modelo” de adoção da Filosofia para Crianças na escola pública:

[...] os pólos onde se verifica uma ênfase de trabalho em escola pública [...] passam por sua institucionalização acadêmica e pela relação com órgãos públicos de ensino, através dos monitores que neles trabalham (WUENSCH, 1998, p. 80).

Se no início a Filosofia em Barueri brotou, anos depois ela *borbulhou*, o que reforça suas características *sui generis*. Em 2000, passou a ter

respaldo legal no município. Em 2001 aparece o Núcleo Pedagógico, que se manteve até final de 2004, momento em que os professores de Filosofia da Rede se afastam das orientações do CBFC. Nesse período, o Núcleo intensifica paulatinamente suas atividades, produz documentos, realiza eventos, entre outras ações. Tanto as atividades pedagógicas, quanto as trocas de experiências entre professores, quanto, ainda, a formação dos professores se dava internamente, sem convênios externos. No caso do Núcleo de Filosofia, as decisões eram, ainda que limitadas por regras institucionais ou pela heterogeneidade dos professores, convencionadas pelo grupo. Distorções a parte, até mesmo a produção do material didático de Filosofia ser tratada da mesma maneira que todas as disciplinas do currículo é algo novo.

Não há, salvo engano deste pesquisador e de especialistas, nenhuma experiência que se assemelhe, do ponto de vista do surgimento, das atividades realizadas e da produção de documentos e materiais à de Barueri. Vale lembrar que o caráter “sorrateiro” da pesquisa impede que se observe o objeto em toda a sua complexidade. Assim, ainda com poucos elementos em mãos, pode-se dizer que a Filosofia em Barueri é uma novidade.

Talvez a experiência mais loquaz a que se possa comparar é a da Prefeitura de Americana. Mas lá, desde 1996, a Filosofia existe na Educação Infantil. Lá também passa pela institucionalização mencionada por Wuensch (1998), uma vez que o professor José Auri Cunha, ligado ao CBFC e à PUC-CAMP, presta assessoria à Rede municipal. Apenas recentemente, em 2007, o *Projeto Filosofia* foi implantado no Ensino Fundamental. Ao longo de todo esse tempo o *status* da Filosofia não é de disciplina, mas de projeto. A matriz dos trabalhos sempre foi a de Lipman. Lá também houve a preocupação com a confecção de materiais. Entretanto, eles são elaborados pelos pedagogos do município, sob orientação de Auri Cunha¹¹.

Com base no exposto, a Filosofia como disciplina da Rede Municipal de Barueri deve ser encarada como uma iniciativa pioneira. Foi a primeira rede de escolas públicas a implantar a Filosofia como disciplina no Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental. E fora do aspecto meramente temporal, existem muitas características que a difere de outros trabalhos envolvendo Filosofia com crianças.

¹¹ Essa informação foi prestada por Neuza Moro, uma das coordenadoras da Secretaria de Educação de Americana, via correio eletrônico.

Referências

- ACCIOLY E SILVA, Doris. Repressão política, resistência e memória social: um estudo de caso. In: WHITAKER, Dulce; VELÔSO, Thelma (Orgs.). *Oralidade e subjetividade: os meandros infinitos da memória*. Campina Grande: EDUEP, 2005.
- ALVES, Dalton. J. A Filosofia, a Legislação e o Currículo do Ensino Médio: uma questão política. In: *Anais - Políticas do Ensino de Filosofia*. II Encontro Internacional de Filosofia e Educação / II Fórum Sudeste de Ensino de Filosofia. CD-ROOM. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- ANDRADE, Flávio Rovani de. *Não sei por que tanto por quê?: A Filosofia como disciplina no Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Barueri (1997-2005)*. São Paulo: FEUSP, 2008. (Mestrado em Educação)
- BOSI, Ecléa. *Lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: FERREIRA, Marieta (Org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- CIFFONI, Helio Galvão et al. *Coletânea de estudos para o ensino fundamental - caderno de apoio pedagógico*. 1ª série. Curitiba: Filosofart, 2004.
- _____. *Coletânea de estudos para o ensino fundamental - caderno de apoio pedagógico*. 2ª série. Curitiba: Filosofart, 2004.
- _____. *Coletânea de estudos para o ensino fundamental - caderno de apoio pedagógico*. 3ª série. Curitiba: Filosofart, 2004.
- _____. *Coletânea de estudos para o ensino fundamental - caderno de apoio pedagógico*. 4ª série. Curitiba: Filosofart, 2004.
- DEMARTINI, Zeila. História da educação da população brasileira: diferentes grupos e diferentes fontes. In: *II CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*. São Paulo: FEUSP, 1998.
- QUEIROZ, Maria I. P. *Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- SIMSON, Olga (Org.). *Experiências com histórias de vida*. São Paulo: Vértice, 1988.
- SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista Reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: _____ (Org.). *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília: Plano Editora, 2002.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WHITAKER, Dulce; VELÔSO, Thelma (Orgs.). *Oralidade e subjetividade: os meandros infinitos da memória*. Campina Grande: EDUEP, 2005.
- LIPMAN, M. *A Filosofia vai à escola*. São Paulo: Summus, 1990.
- _____. *O pensar na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Recebido em: 15/08/2008
Aprovado em: 04/11/2008